



LEI N.º 6.174/1970 ESQUEMATIZADA

Dicas para a JUCEPAR

PROF. TIAGO ZANOLLA

53 QUESTÕES - LEI N. 6.174/1970

Oi, pessoal! É hora de testar seus conhecimentos!

Anote aqui suas respostas e depois confira com o gabarito!

Bons estudos!!

01	02	03	04	05
06	07	08	09	10
11	12	13	14	15
16	17	18	19	20
21	22	23	24	25
26	27	28	29	30
31	32	33	34	35
36	37	38	39	40
41	42	43	44	45
46	47	48	49	50
51	52	53		



Questões Propostas

Questão 01 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Para fins de aplicação do Regime Jurídico dos Funcionários Cíveis do Estado do Paraná, considere:

I - Cargo é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um funcionário, identificando-se pelas características de criação por lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres do Estado.

II - Os cargos públicos do Poder Executivo do Estado do Paraná são acessíveis a todos os brasileiros e estrangeiros, preenchidas as condições prescritas em lei e regulamento.

III - A nomeação em caráter comissivo para cargo público exige aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, salvo as exceções legais.

IV - Considerando a moralidade pública, é expressamente vedada em qualquer hipótese a atribuição, ao funcionário, de encargos ou serviços diferentes das tarefas próprias do seu cargo, como tal definidas em lei ou regulamento.

V - Os cargos podem ser de provimento efetivo ou de provimento de comissão.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) II, III e V.
- c) I, IV e V.
- d) II e IV.
- e) I e V.

Questão 02 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Com base no exposto na Lei n.º 6.174/1970, julgue a opção correta quanto aos provimentos dos cargos.

a) Os cargos de provimento efetivo se dispõem em classes múltiplas ou séries de classes.

b) Os grupos ocupacionais integram as classes e séries de classes, que se compõem em Serviços.

c) Serviço é a justaposição de grupos ocupacionais, tendo em vista a similaridade ou a conexidade das respectivas atividades profissionais.

d) Classe é o conjunto de classes da mesma natureza de trabalho, dispostas hierarquicamente, de acordo com o grau de complexidade ou dificuldade das atribuições e com o nível de responsabilidade, constituindo a linha natural de promoção do funcionário;



LEI N.º 6.174/1970 ESQUEMATIZADA

Dicas para a JUCEPAR

PROF. TIAGO ZANOLLA

e) Os cargos de provimento efetivo se destinam a atender encargos de direção, de chefia, de consulta ou de assessoramento.

Questão 03 (ESPP – 2013 – MPE-PR)

Sobre a Lei 6174 - Estatuto do Servidor Funcionários Civis do Paraná - Capítulo I, Dos Cargos - Seção I - Disposições Preliminares, a atribuição ao funcionário público de encargos ou serviços diferentes das tarefas próprias de seu cargo:

- a) É vedada, em qualquer hipótese.
- b) É possível, em qualquer hipótese.
- c) É possível, desde que requerida pelo funcionário.
- d) É vedada, salvo no caso de readaptação por redução da capacidade física e deficiência da saúde.
- e) É vedada, salvo se houver redução da capacidade física e deficiência da saúde, independente de readaptação.

Questão 04 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

De acordo com o Regime Jurídico peculiar aos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná, são requisitos para o provimento em cargo público

- I - ser brasileiro;
- II - ser maior de vinte e um anos;
- III - haver cumprido as obrigações e os encargos militares previstos em lei;
- IV - estar em pleno gozo dos direitos políticos;
- V - ter boa conduta;
- VI - gozar de boa saúde, mediante declaração de próprio punho;
- VII - possuir aptidão para o exercício do cargo;

Estão incorretas

- a) Uma opção
- b) Duas opções
- c) Três opções
- d) Quatro opções
- e) Nenhuma opção

Questão 05 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

No que diz respeito à nomeação em cargo público, a Lei Estadual n.º 6.174/1970 prevê, exceto:



LEI N.º 6.174/1970 ESQUEMATIZADA

Dicas para a JUCEPAR

PROF. TIAGO ZANOLLA

- a) A nomeação observará o número de vagas existentes e obedecerá rigorosamente à ordem de classificação no concurso.
- b) A nomeação poderá ser feita em caráter vitalício.
- c) A nomeação poderá ser feita em caráter efetivo, quando se tratar de nomeação para classe singular ou para classe inicial de série de classes;
- d) A nomeação poderá ser feita em comissão, quando se tratar de cargo que, em virtude de lei, assim deva ser provido;
- e) A nomeação poderá ser feita em substituição, no impedimento legal de ocupante de cargo efetivo.

Questão 06 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

De acordo com a Lei Estadual n.º 6.174/1970 são formas de provimento:

- I - nomeação;
- II - promoção;
- III - acesso;
- IV - transferência;
- V - reintegração;
- VI - aproveitamento;
- VII - readaptação.

De acordo com a jurisprudência do STF, no presente, são possíveis as formas de provimento dispostas em

- a) I, II, III, V, VI e VII
- b) I, II, V, VI e VII
- c) I, II, IV, V, VI e VII
- d) II, IV, V, VI e VII
- e) Nenhuma das opções anteriores

Questão 07 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Com base na Lei Estadual n.º 6.174/1970, marque a opção correta.

- a) A Parte Suplementar do Quadro de Funcionários é integrada pelos cargos de provimento efetivo e em comissão, considerados essenciais à Administração.
- b) A Parte Permanente do Quadro de Funcionários agrupa os cargos automaticamente suprimidos, quando vagarem, assim estabelecidos em lei.
- c) A função gratificada é vantagem principal ao vencimento do funcionário, não constitui emprego e é atribuída pelo exercício de encargos de chefia,



LEI N.º 6.174/1970 ESQUEMATIZADA

Dicas para a JUCEPAR

PROF. TIAGO ZANOLLA

assessoramento, secretariado e outros para cujo desempenho não se justifique que a criação de cargo em comissão.

d) A dispensa da função gratificada cabe à autoridade competente para a respectiva designação.

e) O Chefe do Departamento é a autoridade competente para regulamentar e classificar as funções gratificadas, com base, entre outros, nos princípios de hierarquia funcional, analogia das funções, importância, vulto e complexidade das respectivas atribuições.

Questão 08 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

No que diz respeito ao concurso e a posse em cargo público, a Lei Estadual n.º 6.174/1970 prevê

a) Posse é o ato que completa a investidura em cargo público.

b) Dependem de posse os casos de promoção, acesso, reintegração e designação para função gratificada.

c) É assegurado o provimento dos cargos vagos, pelos candidatos para esse fim habilitados em concurso, dentro de noventa dias da abertura das respectivas vagas.

d) Em todas as hipóteses, o termo será assinado pelo nomeado e pelo Chefe do Poder Executivo.

e) Apenas o chefe do Poder Executivo é competente para dar posse.

Questão 09 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Consoante as regras expressas na Lei 6.174/194, são requisitos apurados no estágio probatório, exceto:

a) idoneidade moral;

b) assiduidade;

c) capacidade

d) disciplina;

e) eficiência.

Questão 10 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Estágio probatório é o período de _____ de efetivo exercício, a contar da data do início deste, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no cargo efetivo para o qual foi nomeado.

Conforme disposto na Lei 6.174/1970, assinale a opção que preenche corretamente a lacuna.



LEI N.º 6.174/1970 ESQUEMATIZADA

Dicas para a JUCEPAR

PROF. TIAGO ZANOLLA

- a) 3 anos
- b) 36 meses
- c) 2 anos
- d) 24 meses
- e) 3 meses

Questão 11 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Acerca do regime de trabalho dos funcionários civis do Estado do Paraná, assinale a opção correta.

- a) O horário de trabalho normal, estabelecido para todos os serviços estaduais, ou para determinados órgãos, cargos ou funções, não poderá exceder a quarenta horas e quatro horas semanais.
- b) O regime de tempo integral obriga a um mínimo de quarenta e duas horas e meia semanais de trabalho, sem prejuízo de permanecer o funcionário à disposição do órgão em que estiver em exercício, sempre que as necessidades do serviço assim o exigirem.
- c) O horário de trabalho normal, estabelecido para todos os serviços estaduais, ou para determinados órgãos, cargos ou funções, não poderá ser inferior a trinta e duas horas semanais.
- d) Em nenhuma hipóteses poderá o servidor desempenhar atribuições diversas das pertinentes à classe a que pertence.
- e) Nos dias úteis, só por determinação do Chefe do Poder Executivo podem deixar de funcionar as repartições estaduais ou ser suspensos os seus trabalhos.

Questão 12 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Com base na Lei Estadual n.º 6.174/1970, marque a opção correta

- a) O exercício do cargo ou da função terá início no prazo de 60 dias.
- b) Compete ao chefe da unidade administrativa dar exercício ao funcionário
- c) A posse terá lugar no prazo de 15 dias da publicação, no órgão oficial de divulgação, do ato de provimento.
- d) Será exonerado o funcionário que não entrar em exercício no prazo de 30 dias.
- e) Se a posse não se der dentro do prazo inicial e da prorrogação ou da revalidação, desde que concedidas, será o funcionário demitido.

Questão 13 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Acerca dos institutos da remoção e da substituição, marque a opção correta.



LEI N.º 6.174/1970 ESQUEMATIZADA

Dicas para a JUCEPAR

PROF. TIAGO ZANOLLA

- a) Remoção é o deslocamento do funcionário de um para outro órgão, ou unidade administrativa, e processar-se-á apenas a pedido do funcionário
- b) Ao funcionário será assegurado o direito de remoção para qualquer cargo, no lugar de residência do cônjuge, se este também for servidor público.
- c) A substituição automática é a feita por funcionário previamente designado substituto do titular e será remunerado por todo o período, sempre que exceder de 30 dias.
- d) A substituição que depender de ato da administração será sempre remunerada.
- e) A remoção por permuta será processada ex-offício.

Questão 14 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

De acordo com a Lei 6.174/1970, denomina-se “Readaptação”

- a) o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.
- b) a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
- c) a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.
- d) Reingresso no serviço público estadual do funcionário exonerado ou demitido, depois de apurado em processo, sem ressarcimento de vencimentos e vantagens
- e) o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado quando insubsistentes os motivos da aposentadoria.

Questão 15 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

São formas de provimento de cargo público, exceto:

- a) Aproveitamento.
- b) Nomeação.
- c) Promoção.
- d) Transferência.
- e) Vacância

Questão 16 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Segundo o regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado do Paraná, a vacância do cargo público decorrerá, dentre outros motivos, por



LEI N.º 6.174/1970 ESQUEMATIZADA

Dicas para a JUCEPAR

PROF. TIAGO ZANOLLA

- a) nomeação e promoção.
- b) reversão e demissão.
- c) promoção e reintegração.
- d) aposentadoria e nomeação.
- e) exoneração e demissão.

Questão 17 (CONSULPLAN – 2008 – TRE-RS – ADAPATADO)

Quando um servidor ocupante de um cargo passa de uma classe a outra, ocorre o instituto da

- a) Reversão.
- b) Recondução.
- c) Promoção.
- d) Nomeação.
- e) Readaptação.

Questão 18 (IOBV – 2016 – Chapecó – ADAPATADA)

A modalidade de provimento em cargo público que consiste no retorno à atividade por servidor público aposentado por invalidez, quando por junta médica oficial forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria, denomina-se:

- a) Reintegração.
- b) Reversão.
- c) Adaptação.
- d) Aproveitamento.
- e) Exoneração

Questão 19 (EXATUS – 2015 – TRE-SC – Adaptada)

A passagem do servidor de um último padrão de uma classe ou categoria para o primeiro padrão da classe ou categoria que se encontra imediatamente superior a sua Carreira Funcional, mediante avaliação de desempenho, observado o interstício mínimo de dois anos de efetivo exercício no cargo em relação à progressão imediatamente anterior é caracterizado como:

- a) Reversão.
- b) Reintegração.
- c) Aproveitamento.



LEI N.º 6.174/1970 ESQUEMATIZADA

Dicas para a JUCEPAR

PROF. TIAGO ZANOLLA

d) Promoção.

Questão 20 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

A respeito da Lei 6.174/1970, assinale a alternativa correta.

- a) A contagem de tempo computar-se-á em meses, considerando o mês com 30 dias.
- b) Feita a conversão do tempo de serviço, os dias até 182 não se computados.
- c) Se eleito para mandato de prefeito, o funcionário é licenciado com a perda do vencimento.
- d) Computar-se-ão ao tempo de serviço, quaisquer serviços prestados ao Estado do Paraná.
- e) Computar-se-ão ao tempo de serviço as férias não gozadas na administração federal, estadual ou municipal, contadas em dobro.

Questão 21 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

A respeito da Lei 6.174/1970, será considerado de efetivo exercício o afastamento em virtude de

- a) casamento, até 10 dias.
- b) luto por falecimento de amigo íntimo de até 8 dias.
- c) faltas até o máximo de 5 durante o mês, por motivo de doença comprovada.
- d) licença para o trato de interesses particulares, desde que estas licenças não ultrapassem de 30 dias durante um ano.
- e) faltas não justificadas, não excedentes de 60 dias, durante um quinquênio.

Questão 22 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

A respeito do exposto na Lei 6.174/1970, assinale a alternativa correta

- a) Estabilidade é a situação adquirida pelo funcionário efetivo, após o transcurso de dois anos de estágio probatório, que lhe garante a permanência no cargo.
- b) O** funcionário ficará em disponibilidade não remunerada quando, dispor de estabilidade no serviço, houver sido extinto o cargo de que era titular;
- c)** O funcionário colocado em disponibilidade não poderá ser aposentado a pedido.
- d)** Quando estável, o funcionário somente perderá o cargo em virtude de sentença judiciária.
- e)** A disponibilidade no cargo efetivo exclui a nomeação para cargo em comissão.



LEI N.º 6.174/1970 ESQUEMATIZADA

Dicas para a JUCEPAR

PROF. TIAGO ZANOLLA

Questão 23 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

A respeito do exposto na Lei 6.174/1970, assinale a alternativa correta

- a)** O funcionário gozará trinta dias consecutivos de férias por ano, não sendo permitido em quaisquer hipóteses o fracionamento.
- b) Durante as férias, o funcionário não terá as vantagens do cargo.
- c) O chefe da repartição organizará, no mês de dezembro, a escala de férias para o ano seguinte, que poderá alterar de acordo com as conveniências do serviço, avisados os funcionários interessados, sempre que possível, com antecedência mínima de dez dias.
- d) Os funcionários que exerçam função de chefia e direção serão compreendidos na escala.
- e) O funcionário promovido, removido ou transferido, quando em gozo de férias, deve interrompê-las imediatamente e voltar ao exercício.

Questão 24 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Acerca do vencimento e da remuneração, marque o item correto com base na Lei 6.174/1970.

- a) Vencimento é a retribuição pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao vencimento mais as vantagens financeiras asseguradas por lei.
- b) O funcionário perderá um terço do vencimento ou remuneração do dia, quando comparecer ao serviço com atraso máximo de duas horas.
- c)** Remuneração é a retribuição pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao símbolo, ou nível fixado em lei.
- d)** Não se considera justificado número maior de faltas, embora em sequência que abranja dois meses consecutivos.
- e) O funcionário perderá um terço do vencimento ou remuneração do dia se não comparecer ao serviço, salvo motivo previsto em lei ou moléstia comprovada.

Questão 25 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

O regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná prevê as seguintes vantagens pecuniárias, exceto

- a)** Adicionais
- b) Ajuda de custo
- c) Diárias
- d) Salário família
- e) Auxílio-moradia



LEI N.º 6.174/1970 ESQUEMATIZADA

Dicas para a JUCEPAR

PROF. TIAGO ZANOLLA

Questão 26 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Considerando o que dispõe a Lei n.º 6.174/1970, assinale a única alternativa incorreta.

- a) As indenizações se incorporam ao vencimento.
- b) As gratificações incorporam-se ao vencimento ou remuneração.
- c) Os adicionais incorporam-se ao vencimento ou remuneração.
- d) As vantagens pecuniárias não serão computadas, nem acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores.
- e) Além do vencimento ou remuneração, poderá o servidor perceber auxílio para diferença de caixa.

Questão 27 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Acerca dos adicionais previstos na Lei n.º 6.174/1970, assinale a única alternativa correta.

- a) Ao completar 30 anos de exercício o funcionário terá direito ao acréscimo aos vencimentos de 1% por ano excedente, até o máximo de 10%.
- b) A gratificação pela prestação de serviço extraordinário deverá ser paga por hora de trabalho antecipado ou prorrogado, na mesma razão percebida pelo funcionário, em cada hora do período normal, paga por qualquer tempo extra em que o funcionário estiver à serviço do Estado do Paraná.
- c) O funcionário comissionado terá acréscimo aos vencimentos de 5 em 5 anos de exercício, 5% até completar 25%, por serviço público efetivo prestado ao Estado do Paraná.
- d) A gratificação de serviço extraordinária será mantida nos casos de férias
- e) A gratificação por serviço extraordinário não poderá exceder a um terço do vencimento mensal do funcionário, acrescido dos adicionais que estiver percebendo.

Questão 28 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Acerca do que dispõe a Lei n.º 6.174/1970 sobre a ajuda de custo, assinale a única alternativa correta.

- a) No caso do funcionário não se deslocar ao local da missão, deverá restituir a ajuda de custo em parcela única.
- b) Será concedida ajuda de custo aos funcionários removidos por permuta.
- c) Além da ajuda de custo que couber, poderá ser concedido transporte ao funcionário, sua família e a um empregado da família, compreendendo passagem e bagagem.



LEI N.º 6.174/1970 ESQUEMATIZADA

Dicas para a JUCEPAR

PROF. TIAGO ZANOLLA

d) A ajuda de custo é sempre arbitrada pelo Secretário de Estado ou pelo Diretor do Departamento.

e) Haverá obrigação de restituir quando o regresso do funcionário for determinado **ex-offício** ou decorrer de doença comprovada ou de motivo de força maior;

Questão 29 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Considerando o que dispõe a Lei n.º 6.174/1970, assinale a opção correta.

a) Conceder-se-á salário-família, ao funcionário pela esposa que exerça atividade remunerada com até dois salários mínimos.

b) Será concedido diária por dia de afastamento, observadas as condições de custeio da viagem, ao servidor que, no desempenho de suas atribuições, se deslocar da respectiva sede em caráter eventual ou transitório.

c) Ao funcionário que, no desempenho de suas atribuições, lidar com numerário do Estado, será concedido um auxílio financeiro mensal correspondente a dez por cento do valor do respectivo símbolo ou nível de vencimento

d) Será devido a importância de um mês de remuneração ou provento ao funcionário falecido para custear as despesas a título de funeral.

e) O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 10 dias.

Questão 30 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Considerando o que dispõe a Lei n.º 6.174/1970, assinale a opção correta.

a) A licença para tratamento de saúde só pode ser requerida pelo servidor.

b) No caso da licença para tratamento de saúde concedida ex-offício, é dispensável a inspeção médica.

c) Para a licença até 90 dias é admitida a concessão através de atestado passado por médico particular, com firma reconhecida.

d) O laudo médico produzira efeitos a partir do protocolo na repartição estadual competente.

e) Quando não for homologado o laudo, o servidor será obrigado a reassumir o exercício do cargo, sendo considerado como efetivo serviço, os dias em que deixou de comparecer ao serviço.

Questão 31 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Considerando o que dispõe a Lei n.º 6.174/1970, O funcionário pode obter **licença por motivo de doença em pessoa da família**, exceto na condição

a) Cônjuge



LEI N.º 6.174/1970 ESQUEMATIZADA

Dicas para a JUCEPAR

PROF. TIAGO ZANOLLA

- b) Pai ou Mãe
- c) Filho
- d) Neto
- e) Irmão

Questão 32 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Ao funcionário estável que, durante o período de ____ anos consecutivos, não se afastar do exercício de suas funções, é assegurado o direito à licença especial de ____ meses, por decênio, com vencimento ou remuneração e demais vantagens. Após cada ____ anos de efetivo exercício, ao funcionário que a requerer, conceder-se-á licença especial de ____ meses, com todos os direitos e vantagens inerentes ao seu cargo efetivo.

Assinale a opção que preenche corretamente as lacunas:

- a) 5, 3, 10 e 6
- b) 10, 6, 5 e 3
- c) 10, 6, 3 e 5
- d) 5, 3, 10 e 3
- e) 10, 3, 5 e 3

Questão 33 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Considerando o que dispõe a Lei n.º 6.174/1970, assinale a opção correta.

- a) No processamento das licenças para tratamento de saúde, os laudos e atestados serão sigilosos.
- b) A licença compulsória é aplicável somente nos casos em doença no próprio funcionário.
- c) Licenciado para tratamento de saúde, acidente no exercício de suas atribuições ou doença profissional o funcionário recebe parcialmente o vencimento ou a remuneração e demais vantagens inerentes ao cargo.
- d) Em casos de doenças graves, contagiosas ou não, que imponham cuidados permanentes, poderá a Junta Médica, se considerar o doente irrecuperável, determinar, como resultado da inspeção, a readaptação.
- e) A licença para tratamento de saúde terá prazo máximo de vinte e quatro meses.



LEI N.º 6.174/1970 ESQUEMATIZADA

Dicas para a JUCEPAR

PROF. TIAGO ZANOLLA

Questão 34 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Depois de _____, o funcionário poderá obter **licença**, _____, para o trato de interesses particulares, por até _____ contínuos e só poderá ser concedida nova licença do mesmo tipo decorridos _____ do término da anterior

Assinale a opção que preenche corretamente as lacunas:

- a) estável, com vencimentos, 2 anos, 5 anos
- b) 10 anos, sem vencimentos, 6 meses, 6 meses
- c) estável, com vencimentos, 2 anos e 2 anos
- d) Um quinquênio, sem vencimentos, 2 anos e 2 anos.
- e) estável, sem vencimentos, 2 anos e 2 anos

Questão 35 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Considere

I. Assistência médica, dentária, hospitalar e alimentar, além de outras julgadas necessárias, exceto em sanatórios e creches; II. Previdência, seguro e assistência judiciária;

III. Financiamento para aquisição de imóvel destinado à residência do funcionário e veículo;

IV. Cooperativas de consumo e de crédito;

V. Cursos de aperfeiçoamento e especialização profissional;

VI. Centros de aperfeiçoamento moral, social e cultural, exclusivo aos funcionários, fora das horas de trabalho.

Entre as formas de assistência incluem-se: a) I, II, V e VI

b) II, IV e V

c) I, III e V

d) I, II e IV

e) II, III, V, V e VI

Questão 36 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Considerando o que dispõe a Lei n.º 6.174/1970, assinale a opção correta.

a) A assistência, sob qualquer forma, será prestada por intermédio de instituições próprias, criadas por Lei, independente de filiação do funcionário, com contribuição paritária do Estado.



LEI N.º 6.174/1970 ESQUEMATIZADA

Dicas para a JUCEPAR

PROF. TIAGO ZANOLLA

- b) A Assistência será sempre prestada por intermédio de instituições próprias, as quais seja obrigatoriamente filiado o funcionário.
- c) A pensão aos beneficiários do funcionário falecido é atendida por instituição de previdência social.
- d) As pensões ou pecúlios devidos à família do servidor serão sempre em quantum não inferior a cinquenta por cento (50%) do valor da remuneração que servia de base ao desconto previdenciário na data do falecimento
- e) O valor da pensão devida aos familiares do servidor falecido serão sempre reajustados na data base do salário mínimo.

Questão 37 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Considerando o que dispõe a Lei n.º 6.174/1970, assinale a opção incorreta. a) A viúva tem direito à 50% da pensão especial do servidor falecido.

- b) As filhas solteiras tem direito à pensão especial, sem limite de idade.
- c) Perderá o direito à pensão a viúva do servidor que contrair novas núpcias.
- d) Tem direito à pensão especial o filho homem até os 24 anos.
- e) Perderão o direito à pensão os filhos e filhas que se casarem e os filhos que atingirem a maioridade ou possuam recursos próprios.

Questão 38 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Considerando o que dispõe a Lei n.º 6.174/1970 sobre o direito de petição, assinale a opção correta.

- a) A decisão final do requerimento ou representação deve ser dada no prazo máximo de sessenta dias
- b) Reconsideração é o pedido dirigido à autoridade competente para decidirlo e encaminhado por intermédio daquela a que esteja imediatamente subordinado o requerente.
- c) Recurso é o pedido dirigido à autoridade que haja expedido o ato ou proferido a primeira decisão e não pode ser renovado.
- d) Requerimento é o pedido dirigido à autoridade imediatamente superior à que tenha expedido o ato ou tenha proferido a decisão
- e) Proferida a decisão, é será publicada em até 10 dias úteis no órgão oficial, sob pena de responsabilidade do servidor com o encargo da publicação.



LEI N.º 6.174/1970 ESQUEMATIZADA

Dicas para a JUCEPAR

PROF. TIAGO ZANOLLA

Questão 39 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

- Considerando o que dispõe a Lei n.º 6.174/1970, assinale a opção correta. a) O pedido de reconsideração e o recurso têm efeito suspensivo
- b) O direito de pleitear na esfera administrativa prescreverá em 10 anos, quanto aos atos de que decorram demissão,
- c) O direito de pleitear na esfera administrativa prescreverá em 120 dias para atos que não decorram demissão, aposentadoria ou sua cassação e disponibilidade;
- d) O encaminhamento do recurso é sempre feito pelo interessado.
- e) A instância administrativa poderá ser renovada quando se tratar de ato manifestamente legal

Questão 40 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Considere

I - um cargo de Juiz e um de professor;

II - dois cargos de professor;

III – dois cargos de professor com outro técnico ou científico.

IV - um cargo de professor com outro técnico ou científico; V - dois cargos privativos de médico.

VI – um cargo de Juiz com outro científico.

Considerando o que dispõe a Lei n.º 6.174/1970, é permitido a acumulação de cargos nas hipóteses assinaladas em a) I, II, III, IV e V

- b) II, III, V e VI
- c) I, III e V
- d) II, IV e VI
- e) I, II, IV e V

Questão 41 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Considerando o que dispõe a Lei n.º 6.174/1970, são deveres do funcionário, exceto

- a) Assiduidade
- b) Pontualidade



LEI N.º 6.174/1970 ESQUEMATIZADA

Dicas para a JUCEPAR

PROF. TIAGO ZANOLLA

- c) Urbanidade
- d) Discrção
- e) Obediência à todas as ordens superiores

Questão 42 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Considerando o que dispõe a Lei n.º 6.174/1970, assinale a opção correta.

- a) O funcionário tem por dever frequentar, em qualquer hipótese, cursos de treinamento funcional.
- b) Será concedida licença ao servidor que cursas faculdade em seu domicílio.
- c) O Estado pode conceder facilidades, inclusive financeiras, supletivas, ao funcionário que por iniciativa própria, tenha obtido bolsa-de-estudo ou inscrição em cursos fora do Estado ou no exterior.
- d) O Estado manterá em caráter provisório, no orçamento de cada exercício, dotação suficiente destinada a garantir a consecução dos objetivos.
- e) Para que o funcionário possa ampliar sua capacidade profissional, o Estado promoverá cursos de aperfeiçoamento, conferências, congressos, publicações de trabalhos referentes ao serviço público, exceto viagens de estudo.

Questão 43 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Considerando o que dispõe a Lei n.º 6.174/1970, assinale a opção correta.

- a) A advertência será aplicada por escrito.
- b) A suspensão pode ser de até 60 dias.
- c) Quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 2/3 por dia de vencimento ou remuneração.
- d) No caso de abandono do cargo, será aplicada a pena de demissão.
- e) A repreensão é aplicada verbalmente, em caso de desobediência ou falta de cumprimento dos deveres.

Questão 44 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Considerando o que dispõe a Lei n.º 6.174/1970, assinale a opção correta.

- a) o Secretário de Estado é competente para aplicação de penalidades disciplinares nos casos de demissão ou cassação da aposentadoria e disponibilidade.
- b) São competentes para aplicação das penalidades disciplinares os Chefes de unidades administrativas em geral no caso das penalidades de advertência, repreensão, suspensão até trinta dias e multa correspondente.



LEI N.º 6.174/1970 ESQUEMATIZADA

Dicas para a JUCEPAR

PROF. TIAGO ZANOLLA

- c) A aplicação da pena de destituição de função caberá à autoridade superior ao que houver feito a designação do funcionário.
- d) É punido com o cancelamento da licença o funcionário que se recusar a inspeção médica.
- e) É punido com suspensão o funcionário que se recusar a seguir tratamento adequado.

Questão 45 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Considerando o que dispõe a Lei n.º 6.174/1970, assinale a opção correta.

- a) Será suspensa a disponibilidade ao funcionário que não assumir, no prazo legal, o exercício do cargo ou função em que for aproveitado
- b) Prescreverá em cinco anos, a falta sujeita a pena de repreensão.
- c) Prescreverá em dois anos, a falta sujeita às penas de repreensão ou suspensão a pena de demissão ou destituição de função.
- d) Prescreverá em cinco anos, a falta sujeita a pena de suspensão.
- e) Serão considerados como de suspensão os dias em que o funcionário deixar de atender à convocação do júri e outros serviços, obrigatórios por lei, sem motivo justificado.

Questão 46 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Considerando o que dispõe a Lei n.º 6.174/1970, assinale a opção correta.

- a) A sindicância será instaurada por ordem do Governado do Estado.
- b) Promoverá a sindicância uma comissão designada pela autoridade que a houver determinado e composta de cinco funcionários efetivos.
- c) Promoverá a sindicância uma comissão designada pela autoridade que a houver determinado e composta de três funcionários efetivos ou comissionados de alta hierarquia funcional.
- d) Ao designar a comissão, os membros escolherão entre si quem será o presidente.
- e) A sindicância será iniciada dentro do prazo de três dias e concluída no de quinze dias, improrrogáveis.

Questão 47 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Considerando o que dispõe a Lei n.º 6.174/1970, assinale a opção correta.

- a) Apenas os Secretários de Estado são competentes para determinar a instauração de processo administrativo.



LEI N.º 6.174/1970 ESQUEMATIZADA

Dicas para a JUCEPAR

PROF. TIAGO ZANOLLA

- b) O processo precederá a aplicação das penas de suspensão, por mais de trinta dias.
- c) A comissão poderá ser secretariada por um funcionário efetivo ou comissionado.
- d) O processo administrativo deverá ser iniciado dentro do prazo de dez dias
- e) O processo administrativo deverá ser concluído no prazo de noventa dias, improrrogáveis.

Questão 48 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Considerando o que dispõe a Lei n.º 6.174/1970, assinale a opção correta.

- a) No caso de revelia, será o servidor acusado e penalizado automaticamente.
- b) Apresentado o relatório, a comissão ficará à disposição da autoridade que houver mandado instaurar o inquérito, para prestação de qualquer esclarecimento julgado necessário, dissolvendo-se trinta dias após à data em que fôr proferido o julgamento.
- c) Recebido o processo, o Secretário de Estado ou Diretor autônomo, proferirá o seu julgamento no prazo de vinte dias desde que a pena aplicável se enquadre entre aquelas de sua competência.
- d) Verificada que a imposição de pena incumbe ao Chefe do Poder Executivo, ser-lhe-á submetido no prazo de quinze dias, o processo, para que o julgue nos vinte dias seguintes ao seu recebimento.
- e) A autoridade encarregada de julgar o processo, se considerar que os fatos não foram apurados devidamente, arquivará de ofício o processo administrativo.

Questão 49 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Considerando o que dispõe a Lei n.º 6.174/1970, assinale a opção correta.

- a) A revisão do processo administrativo pode ser requerida em até 5 anos após a aplicação da penalidade.
- b) O funcionário achando-se injustiçado, pode requerer a qualquer tempo a revisão.
- c) O requerimento de revisão deverá ser encaminhado ao Chefe da repartição, que decidirá sobre o pedido.
- d) Se aceito o pedido de revisão, a comissão apuradora terá o prazo de 60 dias para encaminhar o relatório ao Chefe do Poder Executivo.
- e) O prazo para julgamento será de trinta dias, improrrogáveis.



LEI N.º 6.174/1970 ESQUEMATIZADA

Dicas para a JUCEPAR

PROF. TIAGO ZANOLLA

Questão 50

Considerando as normas da Lei Estadual do Paraná no 18.008, de 07/04/2014, assinale a alternativa correta sobre o que a referida lei considera ser a passagem do funcionário público estável e em efetivo exercício, para a classe imediatamente superior, dentro do mesmo cargo e função.

- a) Progressão
- b) Posse
- c) Designação
- d) Promoção
- e) Reajuste

Questão 51

Considerando as normas da Lei Estadual do Paraná no 6.174, de 16/11/1970, assinale a alternativa correta sobre o que a referida lei considera ser a vantagem acessória ao vencimento do funcionário que não constitui emprego e é atribuída pelo exercício de encargos de chefe, assessoramento, secretariado e outros para cujo desempenho não se justifica a criação de cargo em comissão.

- a) Função pública
- b) Função gratificada
- c) Função designada
- d) Função concursada
- e) Função desviada

Questão 52

Considere as normas da Lei Estadual do Paraná no 18.008, de 07/04/2014, para assinalar a alternativa correta sobre provimento.

- a) O provimento nas carreiras do Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná - QPPO se dará na classe IV do cargo, atendidos os requisitos para a investidura, cuja comprovação se dará por ocasião da posse
- b) O provimento nas carreiras do Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná - QPPO se dará na classe V do cargo, atendidos os requisitos para a investidura, cuja comprovação se dará por ocasião da posse



LEI N.º 6.174/1970 ESQUEMATIZADA

Dicas para a JUCEPAR

PROF. TIAGO ZANOLLA

- c) O provimento nas carreiras do Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná - QPPO se dará na classe IV do cargo, atendidos os requisitos para a investidura, cuja comprovação se dará por ocasião da nomeação
- d) O provimento nas carreiras do Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná - QPPO se dará na classe V do cargo, atendidos os requisitos para a investidura, cuja comprovação se dará por ocasião da nomeação
- e) O provimento nas carreiras do Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná - QPPO se dará na classe V do cargo, atendidos os requisitos para a investidura, cuja comprovação se dará em até 30 dias contados da nomeação

Questão 53

Considere as normas da Lei Estadual do Paraná no 6.174, de 16/11/1970, para assinalar a alternativa correta sobre a posse.

- a) Não poderá haver posse por procuração
- b) Todo funcionário poderá tomar posse sem exhibir o título de nomeação
- c) A posse terá lugar no prazo de dez dias da publicação, no órgão o oficial de divulgação, do ato de provimento
- d) A requerimento do interessado ou de seu representante legal, o prazo para a posse poderá ser prorrogado ou revalidado pela autoridade competente, até o máximo de vinte dias, a contar do término do prazo fixado na mesma lei
- e) Se a posse não se der dentro do prazo inicial e da prorrogação ou da revalidação, desde que concedidas, será a nomeação tornada sem efeito, por decreto